

JUSTIÇA & CIDADANIA

JUSTA
PROTOCOLO DE JULGAMENTO
COM PERSPECTIVA DE GÊNERO

REGISTRE-SE
CAMPANHA DO CNJ LEVA
CIDADANIA À POPULAÇÃO
VULNERÁVEL



MINISTROS LUIS FELIPE SALOMÃO, OG FERNANDES E MAURO
CAMPBELL MARQUES FALAM SOBRE SEUS 15 ANOS NO STJ E
TEMAS RELEVANTES NA AGENDA JURÍDICA DO PAÍS

3 X 15 ANOS DE PROTAGONISMO NO STJ

A MAGISTRATURA ESTÁ FAZENDO CIÊNCIA

MARCUS VINÍCIUS PEREIRA JÚNIOR

Juiz de Direito do TJRN

Professor do Mestrado Profissional da Enfam



Foto: Divulgação

O Poder Judiciário do Brasil é um grande laboratório para o estudo e a compreensão do comportamento da sociedade brasileira, na medida em que nele se discutem os mais variados temas, desde uma briga de vizinhos até a falência de uma grande empresa – isso em todas as matérias, passando pelo Direito Constitucional, de família, infância e juventude, penal, societário, eleitoral, tributário, dentre tantos outros.

Diante dessa gama de matérias discutidas, o Poder Judiciário passa a ser cada vez mais demandado, tendo em vista que os meios de acesso à Justiça são facilitados, como no caso da criação dos Juizados Especiais, através da Lei nº 9.099/1995. O Brasil é o País no mundo com mais faculdades de Direito, 1.240, superando, inclusive, a soma de todas as outras faculdades de Direito de outros países², o que garante à população o acesso à Justiça em razão de uma grande quantidade de advogados no mercado.

Partindo dessa realidade, fica clara a necessidade de otimização do Judiciário, o que somente ocorre com o conhecimento da realidade, de forma científica, bem como pela racionalização dos recursos materiais e humanos existentes e capacitação de juizes e servidores, o que vem ocorrendo a partir de diversas iniciativas do Conselho Nacional

de Justiça (CNJ), da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam), da Escola Nacional da Magistratura (ENM) e das escolas vinculadas aos mais diversos tribunais.

Especificamente em relação à Enfam, importa destacar que é órgão oficial de treinamento de juizes de direito e juizes federais brasileiros, conveniada com vários países, por meio do Protocolo de Cooperação nº 003/2018³. Foi prevista originalmente na Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, e instituída em 30 de novembro de 2006, por meio da Resolução nº 3/2006 do Superior Tribunal de Justiça. A referida escola, dentro da visão de ser referência nacional para as escolas de magistratura como instituição de excelência em ensino e pesquisa⁴, tem como missão promover, regulamentar e fiscalizar, em âmbito nacional, a formação e o aperfeiçoamento dos magistrados para que a Justiça esteja em sintonia com a demanda social.

E, partindo da necessidade de se buscar a excelência na prestação jurisdicional, no dia 11 de setembro de 2020 foi inaugurado o Mestrado Profissional da Enfam, que tem por focos principais a gestão judiciária e o tratamento de conflitos de forma mais próxima da sociedade, sempre na busca de efetivo aprimoramento do sistema de justiça e da prática jurisdicional, sendo permeado por um eixo transversal comum que contempla a ética, a integridade e a inovação⁵.

Mesmo em tão pouco tempo desde o início dos trabalhos, o Mestrado Profissional da Enfam já apresenta resultados para a sociedade, com produção acadêmica de excelência, como pode ser observado na Revista Judicial Brasileira (Rejub)⁶, na qual foram publicados trabalhos nas áreas da inovação, processo penal, processo civil, formação de magistrados, gênero, comunicação, políticas públicas, gestão e juizados especiais, com destaque para a produção sempre pensando na melhoria da prestação jurisdicional.

“A magistratura está em busca de conhecimentos e sempre produzindo ciência, o que possibilita conhecer melhor a sociedade, as práticas judiciais exitosas em todo o Brasil e garantir o cumprimento de sua missão”

Seguindo a mesma trilha, como escopo de demonstrar a produção acadêmica da Enfam, necessário é destacar que a primeira turma de mestres da referida instituição, ingressante em 2020, já lança luzes no mundo do Direito com publicações de livros em 2023, como nos casos da Juíza Cláudia Catafesta, que lançou a obra “Direito de voz de adolescentes”, e do Juiz Cláudio Camargo dos Santos, com a obra “Audiência de custódia”, ambos pela Thoth Editora. Também ingressante da turma do mestrado em 2020, a Juíza Marcela Santana Lobo lançou obra de grande relevância para a materialização da Lei Maria da Penha, intitulada “Medidas protetivas de urgência”, pela editora Revista dos Tribunais.

Na área da inovação, a Enfam, através do seu coordenador do Mestrado, Desembargador Samuel Meira Brasil Júnior, foi uma das vencedoras da terceira edição do Prêmio de Inovação: Judiciário Exponencial, com o projeto M.A.R.I.A. (Modelagem da Avaliação de Risco com Inteligência Artificial), que visa auxiliar os juizes na diminuição dos riscos de violência de gênero, com a utilização de ferramentas como o formulário de risco e diversos algoritmos de inteligência artificial⁷.

Enfim, as informações contidas no presente artigo são provas de que a magistratura está em busca de conhecimentos e sempre produzindo ciência, o que possibilita conhecer melhor a sociedade, as práticas judiciais exitosas em todo o Brasil e garantir o cumprimento de sua missão, que é dar a cada um o que é seu, da forma mais célere possível.

